

**ENSINANDO LÍNGUA PORTUGUESA PARA PESSOAS SURDAS NUMA PERSPECTIVA DE SEGUNDA LÍNGUA**

Irma Margarida Kuhn<sup>1</sup>, Mirian de Lima Mendes<sup>2</sup>, Rizélia da Silva Lima<sup>3</sup>, Mario Mecenas Pagani<sup>4</sup>.

1. Graduada em Pedagogia, Especialista em Metodologia do Ensino Superior e em LIBRAS.
2. Graduada em Física – Licenciatura, Especialista em LIBRAS.
3. Graduada em Pedagogia, Especialista em Gestão Escolar e em LIBRAS.
4. Graduado em Educação Física, Especialista em Educação Física, Mestre em Educação Física, Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad San Carlos – PY.

**RESUMO**

Este artigo propõe uma reflexão sobre o caminho percorrido no processo de ensino e aprendizagem da pessoa surda, bem como, orientações pedagógicas que vem de encontro com as práticas inclusivas propostas nos documentos que orientam a educação brasileira. Traz a trajetória da educação mostrando as mudanças e práticas utilizadas no passado e as práticas metodológicas atuais. O trabalho revela a partir de buscas bibliográficas a importância do ensino da língua portuguesa como segunda língua (L2) para o aluno com surdez, bem como a necessidade de se utilizar a língua de sinais como língua de instrução em sala de aula principalmente para o ensino do Português como (L2).

**Palavras-chave:** Surdez, Língua de Sinais, Bilinguismo, Português como Segunda Língua.

**ABSTRACT**

This article proposes a reflection on the path in the process of teaching and learning of the deaf person, as well as pedagogical orientation that comes from meeting with inclusive practices proposed in the documents that guide the Brazilian education. Bring the whole trajectory of education showing the changes and practices used in past and current methodological practices. The work reveals the literature searches from the importance of teaching Portuguese as a second language (L2) for students with deafness and the need to use sign language as the language of instruction in the classroom primarily for teaching Portuguese as (L2).

**Keywords:** Deafness, Sign Language, Bilingualism, Portuguese as a Second Language.

**1. INTRODUÇÃO**

Este artigo tem como objetivo possibilitar aos profissionais da educação, que desenvolvem um trabalho com a pessoa surda, oportunidade de

refletir sobre a importância do processo de ensino da língua portuguesa.

A abordagem inicial busca demonstrar o papel e a importância da língua e da linguagem, na aquisição de uma segunda língua para a pessoa surda principalmente no que se refere às

## Artigo/Article

etapas ou fases vivenciadas pela criança nesse processo.

Falar de aquisição de língua pela pessoa surda nos leva a pontuar sua trajetória histórico cultural, situando acontecimentos, enfocando conquistas e avanços que marcaram a história de educação dos surdos no Brasil e fatos da educação de surdos no mundo que repercutiram diretamente na educação.

Ao longo dos anos muitas propostas foram vivenciadas na educação dos surdos e passaram por diversas transformações.

Nesse aspecto apresentam-se de forma sucinta as três principais abordagens na educação de surdos no Brasil: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo; com enfoque na educação bilíngue, que se traduz na tendência mais atual de educação que vem sendo pesquisada por vários autores de expressão na área da surdez.

Nesse sentido, destaca-se a LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais, como língua materna da pessoa surda (L1), suporte fundamental para a aprendizagem da língua portuguesa escrita como segunda língua (L2).

Por fim, situado o leitor nessa trajetória da surdez, centra-se o estudo no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua para pessoa surda. Mostrando etapas do desenvolvimento do trabalho

com o português escrito, alternativas de estratégias de ensino e compreensão de como se dá esse processo. Sabendo que nenhum estudo tem a pretensão de esgotar o tema abordado, ao contrário, a partir dele instigar e levantar questionamentos que levem os educadores de surdos a pensar e (re)pensar sua prática e buscar caminhos de melhorá-la dia a dia.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1 ETAPA 1- ESCOLHA DA TEMÁTICA

Estudo de revisão bibliográfica atual indexada e publicada para aquisição de conhecimento científico do assunto em discussão, além da busca chamar atenção para o ensino da língua portuguesa para pessoas surdas, numa perspectiva de segunda língua.

### 2.2 ETAPA 2 – LEVANTAMENTO DO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

Realizou-se a coleta de dados através de palavras-chave, conforme descritores (Desc-Bireme), a saber: educação de surdos, ensino da língua portuguesa, bilinguismo, educação de surdos. Nas bases: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google acadêmico, Biblioteca Virtual de Educação (BVE), Revista Brasileira de Educação Especial, Revistas Online e

## Artigo/Article

outras bases online disponíveis gratuitamente na internet. O acervo bibliográfico da Biblioteca “Julio Bordignon” da Faculdade de Educação e Meio Ambiente – FAEMA do Município de Ariquemes, Estado de Rondônia.

O material encontrado foram 36 artigos, sendo 5 em língua inglesa, 2 em língua espanhola. Após uma leitura dos mesmos, foram selecionados 24 referências, sendo 24 artigos em língua portuguesa, um em língua inglesa, vários capítulos de livros sobre o tema.

### 3. LINGUA E LINGUAGEM

A língua (o diálogo) é o instrumento que permite ao indivíduo receber a ideologia de sua comunidade e também lhe permite atuar nesta comunidade interagindo e expondo suas idéias, de acordo com BAKHTIN (1990) apud (GOLDFELD 1997).

Muitos estudos sobre a educação de surdos, contemplam às dificuldades e a forma de construção linguística diferenciada para o desenvolvimento da escrita da linguagem (FERNANDES, 1998; TÉLLEZ; CALDERÓN, 2001; BOTELHO, 2002; GUARINELLO, 2007 a).

Diversos autores acreditam que a língua oral, apesar de extremamente necessária para a vida do surdo, nunca será perfeitamente dominada por ele e

esta será sempre uma língua estranha, não servindo a todas as necessidades do indivíduo e não podendo, portanto, ser a língua materna da criança surda.

Equivocadamente, muitos surdos tem sido classificado com iletrado, em virtude de fazer uso da língua sem um determinado conhecimento da realidade (GUARINELLO, 2004).

Se a criança surda não for exposta à língua de sinais desde seus primeiros anos de vida sofrerá várias consequências. São elas:

- a) Este (o surdo) perde a oportunidade de usar a linguagem, senão o mais importante, pelo menos um dos principais instrumentos para a solução de tarefas que se lhe apresentam no desenvolvimento da ação inteligente;
- b) o surdo não há de recorrer ao planejamento para solução de problemas;
- c) não supera a ação impulsiva;
- d) não adquire independência da situação visual concreta,
- e) não controla seu próprio comportamento e o ambiente;
- f) não se socializa adequadamente. (BRITO, LUCINDA, 1993, p.41).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, 2001 o domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, se expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo

## Artigo/Article

comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos.

A falta de uma linguagem tem graves consequências para o desenvolvimento social, emocional e intelectual do ser humano. A linguagem permite comunicação ilimitada acerca de todos os aspectos da realidade, concretos e abstratos, presentes e ausentes. Graças à linguagem, a criança pode aprender sobre o mundo, pode socializar-se e aprender a viver em comunidade (CAPOVILLA, 2008, P.1479).

De acordo com Goldfeld (1997) somente através da exposição à língua de sinais, a criança surda pode desenvolver-se linguisticamente e cognitivamente sem dificuldades. Esta língua é a única que pode ser adquirida espontaneamente pela criança surda, ou seja, em suas relações sociais, pois a criança surda adquire a língua de sinais da mesma forma e na mesma velocidade que a criança ouvinte adquire a língua oral, então a primeira não deve sofrer nenhum dano cognitivo ou emocional que possa decorrer do atraso de linguagem.

### 3.1 LÍNGUA DE SINAIS

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico. E as distingue dos demais sistemas de comunicação; “palavras faladas para as línguas orais e palavras sinalizadas para as línguas de sinais”.

As línguas de sinais são consideradas pelos linguistas como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem.

De acordo com Felipe (2007) pesquisas sobre a língua de sinais vem mostrando que estas línguas são comparáveis em complexidade e expressividade a quaisquer línguas orais. Estas línguas expressam idéias sutis, complexas e abstratas. Os seus usuários podem discutir filosofia, literatura ou política, além de esportes, trabalho, moda e utilizá-la com função estética para fazer poesias, contar histórias, criar peças de teatro e humor.

Conforme Quadros e Karnopp (2004) nas últimas décadas, com a mudança de paradigmas das ciências, tem-se informações suficientes que evidenciam o grau de abstração que permeia as línguas de sinais de cada

país, bem como suas complexidades e riquezas.

#### 4. BILINGUISMO

O bilinguismo é uma proposta da educação para surdos, que surge como alternativa a outras propostas de ensino de educação que ao longo dos anos não apresentaram resultados significativos no desenvolvimento educacional e cognitivo da pessoa surda. Diante desse quadro e cientes das dificuldades no processo de inclusão, o Grupo de Pesquisa de Língua Brasileira de Sinais (libras) e Cultura Surda Brasileira da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (feneis) apresentam o seguinte posicionamento com relação às propostas de Educação Inclusiva para Surdos e de Integração de Alunos Surdos na Escola Regular:

Os alunos surdos devem ser atendidos em escolas bilíngues para surdos, desde a mais tenra idade. Essas escolas proporcionarão às crianças surdas, condições para adquirir e desenvolver a Língua Brasileira de Sinais (libras), como primeira língua, e para aprender a Língua Portuguesa (e/ou outras línguas de modalidades oral-auditiva e gestual-visual), como segunda língua, tendo oportunidade para vivenciar todas as outras atividades curriculares específicas de Ensino Pré-

escolar, Fundamental e Médio em Libras ( apud ALBRES, 2010 p. 34)

Conforme, Goldfeld (1997) o bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua a língua oficial de seu país. Ainda conforme a autora o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo aceitar e assumir sua surdez.

O conceito mais importante que a filosofia bilíngue traz é de que os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua própria, a consciência dessa pertença, faz com que a pessoa surda, se perceba enquanto sujeito de sua própria história e, busque a conquista e garantia de seus direitos enquanto cidadão, membro de uma sociedade em construção.

Nesse sentido, a família tem um papel fundamental, no desenvolvimento da pessoa surda, sua postura frente à sociedade, sua tomada de posição nas questões de seu dia-a-dia, desde os processos mais simples às questões mais complexas. Isso, porém só se dará de fato, a partir do momento que a família tomar consciência da importância da língua de sinais, para esse sujeito surdo, e a partir daí estabelecer uma

## Artigo/Article

compreensão e interação com o mesmo (SANTANA, 2007).

Conforme Albres (2010) o Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos do MEC- Ministério da Educação e Cultura, assume a abordagem bilíngue de Educação de Surdos. O programa destina-se a diferentes populações e, para desenvolvê-lo, o MEC buscou parcerias para a produção intelectual dos materiais, tendo três objetivos:

- a) Promover cursos para formação de professores e instrutores surdos para ministrarem cursos de Língua de Sinais – “Libras em Contexto”, em parceria com a Feneis e a Universidade de Pernambuco.
- b) Promover cursos para a formação de tradutores e intérpretes de língua de Sinais e língua portuguesa, em parceria com a Feneis.
- c) Promover cursos para a formação de professores de Língua Portuguesa para surdos em parceria com a Universidade de Brasília – UNB- e Associações de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo – Apada.

Essa proposta bilíngue advoga que não privilegia uma língua, mas busca dar condições às crianças surdas de se desenvolverem em Língua de Sinais e, posteriormente, na língua oficial do país, podendo usar a modalidade oral-auditiva e/ ou escrita.

Em 2006 ocorreu o primeiro vestibular para ingresso no Curso Normal Superior Bilíngue do INES (FRANCO, 2009).

### 4.1 AQUISIÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS POR CRIANÇAS SURDAS

Há algumas décadas que, nos Estados Unidos, pesquisadores vêm desenvolvendo pesquisas sobre a Língua de Sinais Americana (ASL) e sobre sua aquisição por crianças.

Todas estas pesquisas têm como sujeitos, crianças surdas, de pais surdos, portanto, a aquisição da ASL se dá como primeira língua (L1), mas, além destas pesquisas, há outras que estão trabalhando também com crianças surdas, filhas de pais ouvintes e com crianças ouvintes, filhas de pais surdos. Outras pesquisas, ainda, trabalharam com crianças surdas filhas de pais ouvintes que, devido ao fato de não serem expostas à ASL, desenvolvem sistemas de comunicação gestual inventado (FELIPE, 2007).

Destas pesquisas pode-se destacar que o processo de aquisição da ASL é igual ao processo de aquisição de línguas orais-auditivas, ou seja, obedecendo a maturação da criança, que vai internalizando a língua a partir do mais simples para o mais complexo.

### 4.2 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

A libras é uma língua; reconhecida oficialmente no Brasil. A lei

## Artigo/Article

que lhe outorgou esse status foi a Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais – Libras, não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

A Lei de LIBRAS- 10.436 e o Decreto 5626 “Entende-se como língua brasileira de sinais - LIBRAS, a forma de

comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual gestual motora, com estrutura gramatical própria. Constitui um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. A LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, hoje garantida e assegurada pela Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre ela. Lei esta regulamentada pelo Decreto Federal 5.626 de 22 de dezembro de 2005. A aquisição da Língua de Sinais é um direito assegurado por este Decreto citado.

O pouco conhecimento da Língua Portuguesa, o papel da Língua de Sinais para as crianças surdas, assim como a importância do acesso visual aos textos escritos são algumas das especificidades, resultantes do fato de os surdos interagirem por meio de experiências visuais. O ambiente bilíngue é importante e indispensável já que respeita a estrutura da LIBRAS e da Língua Portuguesa. Tais especificidades devem ser contempladas tanto no ensino como na avaliação dos alunos surdos.

De acordo com Damázio (2007) o ensino da Língua Portuguesa acontece na sala de recursos e em horário diferente ao da sala comum. O ensino deve ser desenvolvido por um professor preferencialmente, formado em Língua Portuguesa e que conheça os

## Artigo/Article

pressupostos linguísticos teóricos que norteiam o trabalho, e que sobretudo acredite nesta proposta do ensino da língua portuguesa para os alunos com surdez.

Para o ensino da Língua Portuguesa aos alunos surdos é necessário que haja um ambiente didaticamente preparado, havendo riqueza de materiais e recursos visuais, amplo acervo textual em Língua Portuguesa, capaz de oferecer ao aluno a pluralidade dos discursos, dinamismo e criatividade na elaboração de exercícios que devem ser trabalhados em diferentes contextos.

O ensino da Língua Portuguesa deve ser preparado em conjunto com o professor de LIBRAS e o professor da sala comum. A equipe analisa o desenvolvimento dos alunos com surdez, em relação ao aprendizado e domínio da Língua Portuguesa.

O ensino da Língua Portuguesa focaliza o estudo da língua nos níveis morfológico, sintático e semântico-pragmático, levando os alunos a perceber a estrutura da língua através de atividades diversificadas, construindo um conhecimento já adquirido naturalmente pelos alunos ouvintes.

Esse processo de ensino contextualizado da língua portuguesa deve ser iniciado na educação infantil. Intensificando-se na alfabetização e

prossequindo até o ensino superior. Uma vez que iniciados tardiamente neste processo, mais obstáculos encontrarão na conquista da habilidade comunicativa escrita.

O aprendizado de Libras possibilitou aos alunos surdos uma autoafirmação, possibilitando a todos uma melhor maneira de interagir com as demais pessoas a sua volta, como também a se sentirem integrantes da sociedade (LOPES; LEITE 2011).

De acordo com Damázio (2007) o trabalho pedagógico com alunos com surdez nas escolas comuns, deve ser desenvolvido em um ambiente bilíngue, ou seja, em um espaço em que se utilize a língua de sinais e a língua portuguesa.

Um período adicional de horas diárias de estudo é indicado para a execução do atendimento especializado. Nele destacam-se três momentos didáticos pedagógicos:

- Momento de atendimento educacional especializado em LIBRAS na escola comum, em que todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares são explicados nessa língua por um professor, sendo o mesmo preferencialmente surdo. Esse trabalho é realizado, todos os dias e destina-se aos alunos com surdez.
- Momento de atendimento educacional especializado para o ensino de LIBRAS na escola comum no qual os alunos com surdez terão aula de LIBRAS, favorecendo o conhecimento e a aquisição, principalmente de termos científicos. Este trabalho é realizado pelo

## Artigo/Article

professor instrutor de LIBRAS, (preferencialmente surdo), de acordo com o estágio de desenvolvimento da língua de sinais em que o aluno se encontra. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico do conhecimento que o aluno tem a respeito da língua de sinais.

- Momento do atendimento educacional especializado para o ensino da língua portuguesa no qual são trabalhadas as especificidades dessa língua para pessoas com surdez. Este trabalho é realizado todos os dias para os alunos com surdez, à parte das aulas da turma comum, por um professor de língua portuguesa, graduado nesta área, preferencialmente. O atendimento deve ser planejado a partir do diagnóstico que o aluno tem a respeito da língua portuguesa.

Conforme Damazio (2007) apresenta de forma resumida alguns pontos referentes ao processo de ensino da língua portuguesa, nesse processo de aquisição pelo aluno surdo:

1. O atendimento educacional especializado para a aprendizagem da língua portuguesa exige que o profissional conheça muito bem a organização e a estrutura dessa língua, bem como, metodologias de ensino de segunda língua.
2. O uso de recursos visuais é fundamental para a compreensão da língua portuguesa, seguida de uma exploração contextual do conteúdo em estudo.
3. O atendimento diário em língua portuguesa, garante a aprendizagem dessa língua pelos alunos.
4. Para a aquisição da língua portuguesa, é preciso que o professor estimule, permanentemente, o aluno, provocando-o a enfrentar desafios.
5. O atendimento em língua portuguesa é de extrema importância para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno com surdez na sala comum.

6. A avaliação do desenvolvimento da língua portuguesa deve ocorrer continuamente para assegurar que se conheçam os avanços do aluno com surdez para que se possa redefinir o planejamento, se for necessário.

As línguas envolvidas nesse processo de aquisição pelo aluno surdo brasileiro: Língua de Sinais/LIBRAS e Língua Portuguesa, devem ser conhecidas em sua estrutura para que o aprendizado aconteça de fato e de direito com significado, para que o aluno surdo possa fazer uso das mesmas em seu convívio social.

E em se tratando das línguas de sinais, as mesmas são línguas naturais e universais e apresentam as seguintes propriedades universais:

1. As línguas de sinais existem em comunidades de pessoas surdas. A LIBRAS é a língua de sinais que se constitui naturalmente na comunidade surda brasileira. Tal língua apresenta todos os níveis de análise de quaisquer outras línguas, ou seja, o nível sintático (da estrutura), o nível semântico (do significado), o nível morfológico (da formação de palavras), o nível fonológico (das unidades que constituem uma língua) e o nível pragmático (envolvendo o contexto conversacional).
2. As línguas de sinais são distintas, isto é, existem diferentes línguas de sinais para cada comunidade de surdos. Existe, por exemplo, a língua de sinais americana que é usada por surdos dos Estados Unidos, há a língua de sinais brasileira – LIBRAS – que é usada pelos surdos dos grandes centros urbanos do Brasil, entre outras.
3. A língua de sinais não pode ser considerada como língua “primitiva” - ela é uma língua altamente complexa e capaz de exprimir uma idéia do

## Artigo/Article

universo. O vocabulário das línguas de sinais pode ser alargado de forma a incluir novas palavras para novos conceitos.

4. As línguas de sinais evoluem através dos tempos.

5. A relação entre o significante e o significado nas línguas de sinais é, na maior parte dos casos, arbitrária.

6. As línguas de sinais utilizam um sistema finito de elementos que se combinam formando elementos com significação ou palavras que, por sua vez, constituem um sistema infinito de frases possíveis.

7. A gramática das línguas de sinais apresenta regras semelhantes para a formação de palavras e frases.

8. Todas as línguas de sinais incluem unidades mínimas como configuração de mão, ponto de articulação e movimento, que podem ser definidos por um conjunto finito de propriedades visuais ou traços.

9. As línguas de sinais apresentam categorias gramaticais semelhantes às línguas orais, por exemplo, nome, verbo, etc...

10. As línguas de sinais têm recursos para referir a um tempo passado, a capacidade de negar, a capacidade de formular perguntas, emitir ordens, etc.

11. Falantes de todas as línguas de sinais são capazes de produzir e compreender um conjunto infinito de frases. Universais sintáticos são compartilhados entre línguas de sinais e orais.

12. Toda criança surda, independente de sua origem racial, geográfica, social ou econômica, é capaz de adquirir a língua de sinais, desde que esteja em contato com usuários dessa língua.

13. Existe organização gramatical nas línguas de sinais, isto é, elas tem estrutura própria e independente das línguas orais.

Os tópicos acima apresentados procuram mostrar que as línguas de sinais, sob o ponto de vista linguístico, são completas, e possuem uma abstrata estruturação nos diversos níveis de análise.

### 5. ENSINANDO LÍNGUA PORTUGUESA PARA PESSOAS SURDAS NUMA PERSPECTIVA DE SEGUNDA LÍNGUA.

Antes de pensarmos o ensino de língua portuguesa para pessoas surdas, tendo a língua portuguesa como a segunda língua de sua comunidade, é fundamental que façamos uma reflexão quanto ao processo de aquisição de língua portuguesa de uma forma geral.

Conforme Farias e Fronza (2011) compreender o processo de aquisição de Língua Portuguesa escrita por indivíduos surdos é de fundamental importância a todos os professores, tanto os de línguas, como os de outras áreas do conhecimento, a fim de que possam refletir sobre a maneira mais adequada de ensinar, de forma que a escrita seja significativa a seus alunos.

Conforme, Góes (1999); Richter (2000); Salles et al. (2004) um aspecto fundamental a respeito da linguagem humana é que todo ser humano, no contexto de uma comunidade linguística, fala (pelo menos) uma língua materna, aprendida com rapidez surpreendentemente, até os cinco anos de idade, em estágios com características idênticas entre as comunidades linguísticas, independentemente da ampla diversidade da experiência linguística e

## Artigo/Article

das condições sociais em que se desenvolve o processo de aquisição.

Segundo Salles et al (2004) muitas comunidades humanas não tem escritas, mas todas as comunidades humanas tem uma língua. Algumas comunidades são bilíngues, ou multilíngues, o que remete a hipótese de que, nesses casos diferentes gramáticas particulares se encontram representadas na mente do indivíduo. Todo ser humano é, portanto, capaz de adquirir uma segunda ou mais línguas. Uma característica da aquisição da linguagem é que para existir um período crítico, isto é, um período em que conexões neurológicas são estabelecidas em face dos estímulos externos (no caso, a exposição a uma língua), sem as quais a aquisição da linguagem não alcança o resultado descrito na primeira infância.

### 5.1 LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA

Conforme Guarinello (2007 b) a importância da aquisição precoce da língua de sinais pelo surdo como sua primeira língua (L1), vai favorecer a aquisição ou apropriação da escrita da língua portuguesa, como segunda língua (L2). Conforme vários estudos lingüísticos, consideram que as escritas do surdo nos períodos iniciais apresentam muitas características da

língua de sinais em suas produções. As pesquisas demonstram ainda que a estruturação dos enunciados escritos pelos surdos é influenciada pela gramática da língua de sinais e pelas experiências significativas ou não com a língua portuguesa. Estudos também apontam que a proposta mais adequada para o ensino de língua natural, ou seja, a língua materna da pessoa surda, e dela tirar subsídios para o crianças surdas, deve ter como princípio norteador a língua de sinais que é o ensino da língua majoritária, principalmente na modalidade escrita.

As crianças surdas, em particular as filhas de pais ouvintes, costumam chegar à idade escolar sem o conhecimento que as outras crianças obtiveram incidental e às vezes formalmente em casa, em virtude da dificuldade de acesso à língua utilizada pela família. Assim cabe à escola a tarefa de possibilitar o aprendizado, o que vai exigir a aquisição de uma língua.

Segundo Salles et al (2004) a criança não só aprende a língua, com todas as sutilezas de sua articulação gramatical, semântica e pragmática, como o faz de forma completa (isto é, não existe conhecimento de língua materna pela metade ou parcial): qualquer pessoa normal sabe a língua de sua comunidade e a utiliza de forma natural.

## Artigo/Article

Conforme Guarinello (2007) para que leiam e escrevam as crianças surdas assim como as outras, precisam ter conhecimento de mundo de forma que consigam recontextualizar o escrito e daí derivar sentido. Necessitam conhecer a escrita para poder encontrar as palavras, as estruturas das orações bem como criar estratégias que lhes permitam compreender os textos lidos.

De acordo com Quadros e Karnnop (2006) a produção do conhecimento da escrita da L2 se dá num processo constante de interação entre aspectos internos, individuais e contextuais. Apresentam-se algumas sugestões para que as ações pedagógicas enfatizem as interações em sala de aula, na tentativa de aproximar esse ambiente de aprendizagem às situações naturais, tendo como requisito fundamental o domínio da língua de sinais entre professores e alunos e demais profissionais envolvidos no processo.

Para isso a sala interativa deverá apresentar as seguintes características:

- a) realização de uma quantidade razoável de trabalhos em grupos ou em pares;
- b) fornecimento de informações autênticas em contexto real;
- c) produção visando a uma verdadeira comunicação;
- d) realização de tarefas que preparem os alunos para o uso autêntico da língua,
- e) prática da comunicação oral por meio da negociação e da espontaneidade de conversas reais;

- f) produção escrita visando a um público real, não um público inventado,
- g) em suma, associar o ensino da língua com o uso que ela tem fora da sala de aula.

Nesse sentido, Salles et. al (2004) enfatiza que a relevância da associação entre duas situações em princípio distintas, transferindo traços do mundo real lá fora para a sala de aula, reside na necessidade de se evitar que o aluno viva uma realidade em sala tão distinta das situações a serem vividas fora dela que lhe venha a dificultar a transferência do que aprendeu. Vivenciar situações comunicativas em sala certamente o ajudará a (re)vivenciar situações comunicativas fora dela.

A leitura deve ser uma das principais preocupações no ensino de português como segunda língua para surdos, tendo em vista que constitui uma etapa fundamental para a aprendizagem escrita. Nesse processo, o professor deve considerar, sempre que possível, a importância da língua de sinais como instrumento no ensino do português. Orienta-se que ao conduzir o aprendiz à língua de ouvintes, deve-se situá-lo dentro do contexto valendo-se de sua língua materna (L1), a Libras. É por meio dessa língua que se faz a leitura do mundo para depois se passar à leitura da palavra em língua portuguesa. A língua de sinais deverá ser sempre contemplada como língua por excelência

## Artigo/Article

de instrução em qualquer disciplina, especialmente na de língua portuguesa, o que coloca o processo ensino/aprendizagem numa perspectiva bilíngue.

Segundo Garcez (2001) apud Salles (2004) reconhecer e entender a organização sintática, o léxico, identificar o gênero e o tipo de texto, bem como perceber os implícitos, as ironias, as relações estabelecidas, intra, inter e extratextos, é o que torna a leitura produtiva. No caso do surdo, alguns dos procedimentos são imprescindíveis, e o professor deve sempre estar atento para conduzir o seu aprendiz a cumprir etapas, que envolvem aspectos macroestruturais: gênero, tipologia, pragmática e semântica (textuais e discursivas) e microestruturais: gramaticais/lexicais, morfossintáticos e semânticos (lexicais e sentenciais),

É importante ressaltar que, para cada texto, há um conjunto de procedimentos adequados à compreensão, e, portanto, é impraticável a aplicação de todos os procedimentos listados à leitura de um único texto.

De acordo com Faria (2010) é hora de alterar o cenário. É preciso que os profissionais envolvidos com o ensino de língua portuguesa (LP), para surdos, conscientes dessa realidade, predisponham-se a discutir constantemente esse ensino, buscando

alternativas que permitam ao surdo usufruir do seu direito de aprender com igualdade, entendendo-se, no caso do surdo, que para ser “igual” é preciso, antes, ser diferente. É inconcebível que o conteúdo LP para surdo, nas séries iniciais e, mesmo nas séries seguintes, quando o aluno ainda não possui certo domínio da língua escrita, seja o mesmo do ouvinte. Significa dizer que o surdo, para ter as mesmas oportunidades de ensino, de acesso aos mesmos conteúdos, precisa preencher, antes, quesitos que não fazem parte da sua história de vida, pois não teve a mesma oportunidade de acesso à língua oral como um ouvinte a teve. Parte-se do conhecimento prévio do aluno para levá-lo gradativamente à competência linguística e, conseqüentemente, à competência comunicativa e discursiva, estágios alcançados somente com o respeito à diferença.

Svartholm (1999); Góes, Tartuci (2002) comentam em um dos seus estudos que uma das dificuldades encontradas pelos surdos na aprendizagem da linguagem, é em virtude da maneira como este conteúdo é transmitido pelos profissionais. Muitas vezes estas atividades são mecânicas e repetitivas, similar a um código pronto e acabado. Neste caso, o aluno surdo só irá aprender a escrever quando entrar

## Artigo/Article

em contato com adultos usuários e competentes nesta língua.

O ensino de L2 para o surdo deve ter um caráter comunicativo com o fim não apenas da comunicação, mas também do acesso à informação e ao lazer. Deve partir do texto para a gramática, não ao contrário. Essa é uma concepção inclusive coincidente com a dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. O texto deve ser o recurso de análise e síntese, variando em tipos e gêneros. Nessa visão o surdo deve ser um produtor de textos cujos temas devem partir sempre do seu contexto, de ações e atividades vivenciadas, como visita a um mercado, a pontos turísticos, passeio ao zoológico ou a um clube, acontecimentos amplamente divulgados pela mídia etc.

Conforme Sperotto (2009) a leitura e a escrita são, certamente, dois dos aspectos que mais preocupam os educadores de surdos. A produção de textos (escritos) é o ponto de partida e de chegada de todo o processo de ensino/aprendizagem da língua. É no texto que a língua se revela em sua totalidade: quer enquanto conjunto de formas: quer enquanto discurso que remete a uma relação intersubjetiva.

Muitos alunos surdos não sabem realizar a flexão verbal de tempo na língua portuguesa. Demonstrando desta forma uma maior atenção nas práticas

metodológicas desenvolvidas em sala de aula. Pois, somente desta forma o surdo poderá aprimorar-se cada vez mais cedo na escrita e participar efetivamente da sociedade (CRATO; CÁRNIO, 2009).

Em um estudo realizado por Guarinello et al (2009) com estudantes universitários, verificou-se que no contexto da surdez, muitos alunos leitores e escritores apresentaram dificuldades no processo de interpretação e produção textual. Ressaltam ainda mais a importância de um bom trabalho de letramento na escola fundamental até a universidade.

O professor precisa pensar a relação de ensino como o lugar de práticas de linguagem e a partir da compreensão do funcionamento da língua, aumentar as possibilidades de uso da língua.

### 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou apontar ações que de certa forma leva a refletir sobre a educação de surdos no Brasil em seu contexto atual. Nesse sentido vimos que a trajetória da educação dos surdos é um aspecto bem complexo, e atravessa anos e anos e principalmente que essa história vem sendo construída passo a passo de forma lenta, porém com conquistas significativas.

## Artigo/Article

Várias metodologias permearam esse processo ao longo dos anos no entanto o que melhor se apresentou como alternativa viável a educação dos surdos foi o bilinguismo sistema que garante a valorização das línguas envolvidas Português (língua oficial da comunidade ouvinte brasileira) e Língua de Sinais (língua materna da comunidade surda).

Nesse sentido de educação de surdos a partir do ensino de duas línguas é que pautamos todo o processo de ensino e aprendizagem do português, como segunda língua para pessoa surda. Isso não se caracteriza numa tarefa fácil, pelo contrário, vimos que implica quebra de paradigmas já tão arraigados, pré concebidos.

Vimos que é possível buscar alternativas de ensino do português como segunda língua de forma estruturada e sistematizada desde que se tenha em mente que a base desse processo de ensino e aprendizagem tem que ser a língua materna desse sujeito surdo, a língua de sinais. Pois a partir da constatação da surdez, em qualquer idade a criança deve ser estimulada a ter acesso a língua de sinais o que vai possibilitar o seu desenvolvimento e as descobertas de forma natural, a que é análoga as crianças ouvintes.

É importante refletirmos que a pesar de nossas escolas não estarem

preparadas para esse novo desafio, do ensino de português como segunda língua é necessário conquistar e lutar por uma educação de qualidade para pessoas surdas, abrindo espaços buscando ambiente adequado e propicio a essa aprendizagem, que requer além de alunos, profissionais capacitados e comprometidos, estratégias e ações específicas, que diferenciam daquelas ao qual estamos habituados. Isso requer acima de tudo vontade de mudar e principalmente de aprender e o professor de surdos sabe fazer muito bem.

### 7. REFERÊNCIAS

1. ALBRES, N. A.. **Surdos & Inclusão Educacional**. Rio de Janeiro: ed. Arara Azul, 2010.
2. BOTELHO, P. **Linguagem e letramento na educação dos surdos. Ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
3. BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF, 2000. 40 p.
4. \_\_\_\_\_ **CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA** Brasília - DF: 1988.
5. BRITO, L. F.. **Integração Social e Educação dos Surdos**. Rio de Janeiro/RJ: Babel, 1993.
6. CAPOVILLA, C. F.; RAPHAEL, D. W.. **Enciclopédico Ilustrado Trilingue de Língua de Sinais Brasileira**, Volume I: de A a L. 3ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

**Artigo/Article**

7. CRATO, A. N.; CÁRNIO, M. S. Análise da flexão verbal de tempo na escrita de surdos sinalizadores. **Rev. Bras. de Educ. Espec.** v.15 n.2: Marília, 2009.
8. DAMÁZIO, M. F. M.. **Atendimento Educacional Especializado Pessoa com Surdez.** Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.
9. FARIA, s. P.. **Interface da Língua de Sinais Brasileira – LSB (variante falada pela comunidade surda de Brasília) com a Língua Portuguesa e suas Implicações no Ensino de Português, como Segunda Língua para Surdos.** Universidade de Brasília. 2010
10. FARIAS, G. M.; FRONZA, C. A.. **Aquisição da Língua Portuguesa Escrita por Crianças Surdas,** 2007.
11. FERNANDES, S.F. **Surdez e linguagens: é possível o diálogo entre as diferenças?** 1998. 216f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
12. FRANCO, M. Educação superior bilíngüe para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço de liberdade: primeiras aproximações. **Rev. Bras. de Educ. Espec.** v.15 n.1 – Marília, 2009.
13. GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação.** 2.ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
14. GÓES, M. C. R.; TARTUCI, D. **Alunos surdos na escola regular: experiências de letramento e os rituais da sala de aula.** In: LODI, A. C. D. et al. (Org.). **Letramento e minorias.** Porto Alegre: Mediação, 2002.
15. GOLDFELD, M. **A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sócio-Interacionista.** São Paulo: Plexus, 1997.
16. GUARINELLO, A. C. **O Papel do Outro na Escrita de Sujeitos Surdos:** ed. Plexus SP, 2007 a.
17. GUARINELLO, A. C.; MASSI, G.; BERBERIAN, A. P. Surdez e linguagem escrita: um estudo de caso. **Rev. Bras. de Educ. Espec.** v.13 n.2: Marília, 2007 b.
18. GUARINELLO, A. C.; et al. Surdez e letramento: pesquisa com surdos universitários de Curitiba e Florianópolis. **Rev. Bras. de Educ. Espec.** v.15 n.1: Marília, 2009.
19. LOPES, M. A. C.; LEITE, L. P. Concepções de surdez: a visão dosurdo que se comunica em língua de sinais. **Rev. Bras. de Educ. Espec.** v.17 n.2: Marília, 2011.
20. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.
21. \_\_\_\_\_ **Estudos Surdos I.** Ed. Arara Azul LTDA SP, 2006.
22. RICHTER, M. G. **Ensino do português e interatividade.** Santa Maria: UFSM, 2000.
23. SALLES, H. M. M. L. **Ensino de Língua portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica** vol. 1. Brasília: MEC/SEESP, 2004.
24. \_\_\_\_\_ **Ensino de Língua portuguesa para Surdos: caminhos para a prática pedagógica.** vol. 2. Brasília: MEC/SEESP, 2007.
25. SANTANA, A. P. **Surdez e Linguagem: Aspectos e Implicações Neurolinguísticas.** São Paulo: Plexus, 2007.
26. SPEROTTO, H. **Português como Segunda Língua para Surdos.** 2009. Artigo publicado no Blog Helena Sperotto.

## Artigo/Article

27. SVARTHOLM, K. **Bilinguismo dos surdos.** In: SKLIAR, C. et al. Atualidade da educação bilíngue. Porto Alegre: Mediação, 1999.

28. TÉLLEZ, L.R.; CALDERÓN, V.P. **Uma experiência em El desarrollo de La segunda lengua.** In: Congreso Latinoamericano de Educación Bilingue/Bicultural Para Sordos. Santiago: Chile. Anais, 2001.